

13 REGIMENTO DE CAVALARIA MECANIZADO

Termo de Referência 55/2026

Informações Básicas

Número do artefato UASG 55/2026
Status ASSINADO
Editado por BIANCA APARECIDA SCHIMIDT
Atualizado em 04/05/2026 11:22 (v 0.4)
160478-13 REGIMENTO DE CAVALARIA MECANIZADO

Outras informações

Categoria II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo
Número da Contratação
Processo Administrativo 64682.001697/2026-34

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. A presente aquisição tem como objetivo atender às necessidades do Centro Hípico do 13º Regimento de Cavalaria Mecanizado, garantindo a melhor alocação do recurso público, por se tratar de processo próprio, com garantia de obtenção do melhor preço para o órgão, melhor planejamento das necessidades com ganho de tempo nos processos de aquisição que, por vezes, em função de não possuir licitação própria, o órgão acaba por fazer aquisições emergenciais e muitas vezes não dispõe do material em tempo hábil para cumprir suas missões institucionais e manter um bom estado sanitário dos animais, bem como das instalações físicas.

Segue abaixo a relação de itens a serem licitados:

Item	Descrição/ Especificação	Catálogo de Material	Unidade Fornecimento	Pedido Mínimo	Pedido Máximo	Qtde TOTAL	Preço Unitário	Valor total
1	Antiparasitário externo a base de Cipermetrina Composição: Associado Ao Clorpirifós E Butóxido De Piperonila , Concentração: 50 Mg/ML + 25 Mg/ML + 10 MG /ML, Forma Farmacêutica: Solução Tópica , Aplicação: Uso Veterinário	445281	Frasco 1 Litro	2	5	5	63,83	319,15
2	Antibiótico injetável composto por: Benzilpenicilina Composição: Benzatina + Procaína , Outros Componentes: Dihidroestreptomicina Sulfato + Piroxicam , Concentração: 10.000ui + 10.000ui + 105 Mg + 10 Mg/ML , Forma Física: Suspensão Injetável , Uso*: Uso Veterinário	427525	Frasco 50 Mililitro	10	30	50	39,72	1.986,00
3	Hidratante fungicida e bactericida a base de Alcatrão Vegetal Composição: Associado À Lanolina, Ceras E Breu , Concentração: 8,3 G + 7,7 G + 3 G + 1,6 G, Forma	439491	Pote 500	3	10	20	57,80	1.156,00

	Farmacêutica: Líquido Tópico , Aplicação*: Uso Veterinário (cascovitan)		Gramas					
4	Carvão Ativado Composição: Associado À Zeolita, Caolim E Pectina , Concentração: 40% + 40% + 10% + 10% , Forma Física: Pó Oral , Uso: Uso Veterinário	410131	Sachê 8 Grama	10	20	50	16,00	800,00
5	Cetoprofeno Concentração: A 10% , Forma Física: Solução Injetável , Uso: Uso Veterinário	410904	Frasco 50 Mililitro	3	5	30	46,98	1.409,40
6	Detomidina Cloridrato Concentração: A 1% , Forma Física: Solução Injetável , Uso*: Uso Veterinário	409730	Frasco 10 Mililitro	3	10	50	128,50	6.425,00
7	Cetamina Sal Químico: Cloridrato , Concentração*: 100 MG /ML, Forma Farmacêutica*: Solução Injetável , Uso: Uso Veterinário	407462	Frasco 10 Mililitro	3	5	20	21,70	434,00
8	Xilazina Cloridrato Concentração: 100 MG/ML, Forma Física: Solução Injetável , Uso: Uso Veterinário	410473	Frasco 50 Mililitro	3	5	20	109,00	2.180,00
9	456795 - CRAVO E4. Cravo tipo Europeu para fixação de ferradura, constituído em aço de baixo carbono, de acordo com a norma AISI/SAE 1005 / 1006, conferindo durabilidade e ao mesmo tempo maleabilidade, formato de cabeça Quadrada, medindo aprox. 47,5 mm. Cabeça do cravo com marcação do fabricante, de forma que permita a identificação digital do lado em que se encontra a guia. Corpo com bisel lateral, ponta sem bolinhas ou rebarbas e com guia em ângulo de 10 graus, acondicionadas em caixa contendo 200 unidades. Aplicação: Equídeos.	456795	Embalagem 200 Unidade	3	10	20	93,90	1.878,00
10	Dexametasona Concentração: 2 MG/ML, Forma Física: Solução Injetável , Uso: Uso Veterinário	408849	Frasco 50 Mililitro	3	10	30	13,00	390,00
11	Dimetilsulfóxido (Dmso) Concentração: Cerca De 99% , Forma Farmacêutica: Líquido Tópico , Aplicação: Uso Veterinário	446135	Frasco 500 Mililitro	5	10	50	195,90	9.795,00
12	Dipirona Sódica Composição: Associada Com Escopolamina Butilbrometo , Concentração: 500 Mg + 4 MG/ML, Forma Física: Solução Injetável , Uso: Uso Veterinário	412380	Frasco 50 Mililitro	10	20	100	49,80	4.980,00

13	Dipropionato De Imidocarbe Concentração: A 12% , Forma Física: Solução Injetável , Aplicação: Uso Injetável	409124	Frasco 15 Mililitro	5	10	30	33,30	999,00
14	Dexametasona Composição: Associado À Escina, DmsO, Prednisolona E Lidocaína , Concentração: 0,11 G + 61,34 MI + 11,12 MI + 0,28 G + 1 G, Forma Farmacêutica: Gel , Aplicação: Uso Veterinário	439490	Pote 300 Grama	2	5	30	212,50	6.375,00
15	Enrofloxacino Concentração*: A 10% , Forma Física: Solução Injetável , Uso: Uso Veterinário	409005	Frasco 50 Mililitro	5	20	50	14,00	700,00
16	Fenilbutazona Concentração: 200 MG/ML, Forma Farmacêutica: Solução Injetável , Uso: Uso Veterinário	407503	Frasco 100 Mililitro	5	10	50	45,27	2.263,50
17	Feno Composição: Feno De Capim Tifton 85 , Características Adicionais: Mínimo De 12% Proteína Bruta , Aplicação: Alimentação Animal	453421	Quilograma	3000	10000	30000	2,60	78.000,00
18	Flunixin Meglumina Concentração: A 5% , Forma Física: Solução Injetável , Uso: Uso Veterinário	409184	Frasco 50 Mililitro	3	5	50	38,30	1.915,00
19	Spray Dmdm Hidantoína Concentração: A 27,5% , Forma Física: Spray Tópico , Uso*: Uso Veterinário	409754	Frasco 400 Mililitro	5	8	30	62,00	1.860,00
20	Furosemida Concentração: 50 MG/ML, Forma Física: Solução Injetável , Uso: Uso Veterinário	411434	Frasco 10 Mililitro	10	20	30	41,00	1.230,00
21	Meloxicam Concentração*: 20 MG/ML, Forma Farmacêutica: Solução Injetável , Uso: Uso Veterinário	407454	Frasco 50 Mililitro	2	5	30	81,96	2.458,80
22	Moxidectina Composição: Associada Ao Praziquantel , Concentração: 2% + 12,5% , Forma Física: Gel Oral , Uso: Uso Veterinário	415991	Seringa 11,8 Grama	20	30	60	56,00	3.360,00
23	Ivermectina Componentes: Asociado Ao Praziquantel E Vitamina E , Concentração*: 1,25% + 15,62% + 6,25% , Forma Farmacêutica*: Gel Oral , Características Adicionais: Em Seringa Preenchida , Uso: Uso Veterinário	410394	Seringa 9,6 Grama	20	30	50	18,50	925,00
	Cateter Periférico Material Cateter: Polímero Radiopaco ,							

24	Aplicação: Venoso , Material Agulha: Agulha Aço Inox , Diâmetro: 14 GAU, Comprimento: Cerca 50 MM, Conector: Conector Padrão , Componente 1: Câmara Refluxo C/ Filtro , Tipo Uso: Estéril, Descartável, Embalagem Individual	437181	Unidade	20	50	100	4,97	497,00
25	Lidocaína Cloridrato Dosagem: 2% , Apresentação: Injetável	269843	Frasco 20 Mililitro	10	100	500	7,80	3.900,00
26	Compressa Gaze Material: Tecido 100% Algodão , Tipo: 13 Fios/Cm2 , Modelo: Cor Branca, Isenta De Impurezas , Camadas: 8 Camadas , Largura: 7,50 CM, Comprimento: 7,50 CM, Dobras: 5 Dobras , Características Adicionais: Descartável	628250	Pacote 500 Unidade	10	20	50	33,00	1.650,00
27	Gentamicina Concentração: 40 Mg/ML , Forma Física: Solução Injetável , Uso: Uso Veterinário	409223	Frasco 100 Mililitro	10	20	50	23,30	1.165,00
28	herbicida Glifosato Concentração: 48% P/V , Apresentação: Concentrado Solúvel , Número De Referência Química: 1071-83-6	379963	Litro	10	25	50	58,59	2.929,50
29	Iodopovidona (Pvpi) Concentração: A 10% (Teor De Iodo 1%) , Forma Farmaceutica: Solução Degermante	398705	Frasco 1 Litro	5	10	20	43,00	860,00
30	Luva Para Procedimento Não Cirúrgico Material: Vinil , Esterilidade: Não Estéril , Tamanho: Médio , Modelo: Formato Anatômico , Características Adicionais: Sem Pó, Descartável , Apresentação: Atóxica , Tipo: Ambidestra , Finalidade: Resistente À Tração	619841	Caixa 100 Unidade	3	5	20	19,98	399,60
31	Omeprazol Concentração: 0,3 MG/G, Forma Farmacêutica: Pasta Oral , Características Adicionais: Seringa Preenchida , Uso: Uso Veterinário	421874	Seringa 7,5 Gramas	10	30	50	62,00	3.100,00
32	Peróxido De Hidrogênio (Água Oxigenada) Tipo: 10 Volumes	277319	Frasco 1000 Mililitro	5	10	40	12,23	489,20
33	Sal Mineral Aplicação: Equinos , Dosagem Componentes: 90 G Fósforo	420915	Quilograma	50	100	300	6,68	2.004,00
34	Sorbitol Concentração: A 50% , Forma Física: Solução Injetável , Uso: Uso Veterinário/ Sedacol ou similar.	410102	Frasco 200 Mililitro	10	20	50	37,65	1.882,50

35	Seringa Material: Polipropileno , Capacidade: 10 ML, Tipo Bico: Bico Central Luer Lock Ou Slip , Tipo Vedação: Êmbolo De Borracha , Adicional: Graduada, Numerada , Esterilidade: Estéril, Descartável , Apresentação: Embalagem Individual	439626	Unidade	50	100	500	0,50	250,00
36	Seringa Material: Polipropileno , Capacidade: 20 ML, Tipo Bico: Bico Central Luer Lock Ou Slip , Tipo Vedação: Êmbolo De Borracha , Adicional: Graduada, Numerada , Esterilidade: Estéril, Descartável , Apresentação: Embalagem Individual	439627	Unidade	50	100	300	0,48	144,00
37	Ringer Composição: Associado Com Lactato De Sódio , Forma Farmacêutica: Solução Injetável , Característica Adicional: Sistema Fechado	303292	Bolsa 1000 Mililitro	50	200	2000	12,66	25.320,00
38	Cloreto De Sódio Concentração: 0,9 % , Forma Farmaceutica: Solução Injetável	448699	Frasco 1000 Mililitro	50	200	1000	8,75	8.750,00
39	Soro Tipo: Antiofídico Polivalente , Composição: De Serpentes Gêneros Crotalus, Bothrops E Lachesis , Forma Física: Solução Injetável , Aplicação: Uso Veterinário	409689	Frasco-Ampola	3	10	20	72,39	1.447,80
40	Soro Tipo: Antitetânico , Concentração: 5.000 Ui , Forma Física: Pó Liófilo P/ Injetável + Diluente , Aplicação: Uso Veterinário	409690	Frasco-Ampola	10	20	50	10,38	519,00
41	Antibiótico Sulfadoxina Composição: Associado Á Trimetoprima , Concentração: 200 Mg + 40 Mg/ML , Forma Física: Solução Injetável , Uso: Uso Veterinário	412743	Frasco 50 Mililitro	10	20	50	31,40	1.570,00
42	Vacina Tipo: Inativada , Composição: Vírus Rábico, Cepa Pv , Forma Farmacêutica: Suspensão Injetável , Aplicação*: Uso Veterinário equinos	439541	Frasco 50 Mililitro	2	5	5	58,00	290,00
43	Vacina Tipo: Inativada , Composição: Toxoide Tetânico, Vírus Influenza , Outros Componentes: Vírus Encefalomielite Eqüina (Leste E Oeste) , Forma Farmacêutica: Suspensão Injetável , Aplicação*: Uso Veterinário	439544	Doses	10	20	40	53,68	2.147,20

44	Butorfanol Tartarato Concentração: 14,58 MG/ML, Forma Física: Solução Injetável , Uso: Uso Veterinário	408952	Frasco 10 Mililitro	3	10	30	269,99	8.099,70
45	Complexo vitamínico mineral composição: Vitamina B1, Vitamina B2, Vitamina B6, Vitamina B12, Vitamina K3, Pantotenato de cálcio, Ácido nicotínico, Ácido fólico, Ferro, Cobalto, Cobre, Zinco E Glicose. Forma Física: Solução Oral , Uso Veterinário: Uso Veterinário.	418578	Frasco 1 Litro	5	10	25	229,47	5.736,75
46	Ceftiofur Composição: Sódico , Concentração: 8G, Forma Física: Suspensão Injetável , Uso: Uso Veterinário	446137	Frasco 100 Mililitro	5	10	30	63,00	1.890,00
47	Seringa Material: Polipropileno , Capacidade: 5 ML, Tipo Bico: Bico Central Luer Lock Ou Slip , Tipo Vedação: Êmbolo De Borracha , Adicional: Graduada, Numerada , Esterilidade: Estéril, Descartável , Apresentação: Embalagem Individual	439624	Unidade	50	100	100	0,33	33,00
48	Sulfluramida Concentração: 0,3% P/P , Apresentação: Isca Granulada , Número De Referência Química: Cas 4151-50-2	388005	Quilograma	20	50	200	13,49	2.698,00
49	Inseticida imidacloprido Composição: Associado Com Beta-Ciflutrina , Concentração: 10% + 1,25% P/V , Apresentação: Suspensão Concentrada	402196	Litro	5	20	50	64,00	3.200,00
50	Clorexidina Digluconato Dosagem: 2% , Aplicação: Degermante	269876	Frasco 1000 Mililitro	2	10	20	23,80	476,00
51	FERRADURA 04 NG. Ferradura formada a partir de barra chata de aço, com baixo carbono, maleável, que cumpra a norma brasileira MR250/NBR7007, dos padrões NBR ABNT(Norma Brasileira da Associação Brasileira de Normas Técnicas) e com medida de 18,8 mm de largura x 8,3 mm de espesura (medidos na região dos talões), medindo aproximadamente 353 mm de perímetro, largura dos pontos extremos de 124 mm, altura da mão 130 mm e altura do pé 133 mm, guarda-casco na pinça, possuindo 08 furos retangulares, craveira prismática e com friso somente na região dos furos. Embaladas com plástico termocontraível formando um jogo de quatro ferraduras (02 peças em formato de mãos – mais arredondado e 02 em	482956	Embalagem 4 Unidade	10	20	40	41,99	1.679,60

	formato de pés – mais bicudo). Todas as ferraduras deverão conter a numeração e a marca do fabricante.							
52	FERRADURA 05 NG. Ferradura formada a partir de barra chata de aço, com baixo carbono, maleável, que cumpra a norma brasileira MR 250/NBR7007, dos padrões NBR ABNT(Norma Brasileira da Associação Brasileira de Normas Técnicas) e com medida de 18,8 mm de largura x 8,3 mm de espessura (medidos na região dos talões), medindo aproximadamente 363 mm de perímetro, largura dos pontos extremos de 127 mm, altura da mão 134 mm e altura do pé 136 mm, guarda-casco na pinça, possuindo 08 furos retangulares, craveira prismática e com friso somente na região dos furos. Embaladas com plástico termocontraível formando um jogo de quatro ferraduras (02 peças em formato de mãos – mais arredondado e 02 em formato de pés – mais bicudo). Todas as ferraduras deverão conter a numeração e a marca do fabricante.	482957	Embalagem 4 Unidade	10	50	100	42,60	4.260,00
53	FERRADURA 06 NG. Ferradura formada a partir de barra chata de aço, com baixo carbono, maleável, que cumpra a norma brasileira MR 250/NBR7007, dos padrões NBR ABNT(Norma Brasileira da Associação Brasileira de Normas Técnicas) e com medida de 18,8 mm de largura x 8,3 mm de espessura (medidos na região dos talões), medindo aproximadamente 372 mm de perímetro, largura dos pontos extremos de 131 mm, altura da mão 137 mm e altura do pé 140 mm, guarda-casco na pinça, possuindo 08 furos retangulares, craveira prismática e com friso somente na região dos furos. Embaladas com plástico termocontraível formando um jogo de quatro ferraduras (02 peças em formato de mãos – mais arredondado e 02 em formato de pés – mais bicudo). Todas as ferraduras deverão conter a numeração e a marca do fabricante.	456793	Embalagem 4 Unidade	10	50	100	41,00	4.100,00
54	FERRADURA PARA EQUITAÇÃO LB Nr 2 – MÃO – EQUIVALÊNCIA Nr.7 Ferradura forjada em aço maleável medindo na barra 25 mm de largura x 8 mm de espessura com guarda cascos laterais formados sem retirar material da barra (mantendo a mesma medida na barra nestes pontos), com 392 mm de perímetro externo, largura dos pontos extremos de 148 mm, com altura de 143 mm, possuindo 08 furos retangulares precedido de craveira prismática, embaladas em caixa de papelão reforçado contendo 01 peça em formato de mão direita e 01 peça em formato de mão esquerda.	482958	Embalagem 4 Unidade	10	40	40	39,00	1.560,00
55	Ração Animal - Espécie Animal: Equinos. Dosagem Mínima Proteína: 14%, Dosagem Mínima Extrato Etéreo: 7%, Dosagem Mínima Cálcio: 1,4%, Dosagem Mínima Fósforo: 0,6%. Dosagem Mínima Lisina: 0,5%. Enriquecido com aditivos funcionais, contendo: Betaglucanas, MOS, minerais quelatos e cromo. Tipo: Extrusada.	452400	Saco 30 Quilograma	20	50	1000	120,00	120.000,00
56	Ração Animal Ingredientes: Grãos E Cereais , Espécie Animal: Equinos , Dosagem Mínima Proteína: 13%, Dosagem Mínima Extrato Etéreo: 3%. Dosagem Mínima Cálcio: 1,8%, Dosagem Mínima Fósforo: 0,5%. Tipo: Extrusada.	452399	Saco 30 Quilograma	10	100	1000	98,73	98.730,00

57	Aminoácidos Composição: Betaína, Colina, L-Carnitina, Glicose , Composição De Aminoácidos: Aminoácidos Essenciais , Forma Física: Solução Oral , Uso Veterinário: Uso Veterinário	446202	Frasco 1 Litro	5	10	50	105,62	5.281,00
58	Vacina Tipo: Inativada , Outros Componentes: S. Equi , Forma Farmacêutica: Suspensão Injetável , Aplicação*: Uso Veterinário	446139	Frasco-Ampola	10	25	50	44,00	2.200,00
59	FACA LOOP PEQUENO (RINETE) Lâmina de aço com ângulo de corte especial para facilitar o casqueamento; Ganchos mais finos para um melhor trabalho na ranilha; Duplo corte para trabalho tanto por ferradores destros quanto canhotos; Cabos de madeira ergonômicos, com apoio para polegares.	482933	Unidade	1	15	50	72,00	3.600,00
60	FACA PARA CASQUEAR ESQUERDO (RINETE). Lâmina de aço polido com ângulo em corte especial para facilitar o casqueamento; Ganchos mais finos para um melhor trabalho na ranilha; Corte único para lado esquerdo; Cabos de madeira ergonômicos, com apoio para polegares.	482932	Unidade	1	15	50	82,00	4.100,00
61	MARTELO PARA FERRADOR. Peso 250 gramas; Superfície de batida em ângulo com acabamento polido; Orelha em formato de "V" que facilite o corte do cravo; Cabo de madeira com 15 polegadas, reforçado na região do olho do martelo; Acabamento fosco.	391960	Unidade	1	15	50	141,00	7.050,00
62	AVENTAL PARA FERRADOR em couro com bolsos nas laterais para ferramentas. Fechamento nacintura e pernas com correias e fivelas. Unidade.	220521	Unidade	1	10	10	68,00	680,00
63	TORQUÊS SACA-FERRADURAS. Tamanho 14 polegadas; Peso de 900 gr; Composta por 02 astes, sendo que cada aste mede 36,5cm; Cabeça com superfície plana para contribuir no arrebite dos cravos; Dentes talhados nas faces externas para permitir a abertura das ferraduras nos talões; Mandíbulas reforçadas para o corte de cravos; Reforço na região do pino de união; Acabamento fosco ou polido; Embalada individualmente em caixas de papelão reciclável; Feita com o aço GGD/S1 – Que tem como composição: Carbono / Manganês / Cromo / Tungstênio / Vanádio. Essa matéria-prima, tem como principais características a elevada resistência ao choque, ampla faixa de dureza e durabilidade.	472135	Unidade	1	10	10	122,00	1.220,00
64	TENAZ PARA SEGURAR FERRADURAS 10 mm. Tamanho 14 polegadas, medindo 41 x 4 x 3 cm; Mandíbulas com meia lua interna para fixar melhor as ferraduras; Mandíbulas com abertura de 10 mm de forma que os cabos fiquem paralelos; Reforço na região do pino de união; Acabamento fosco; Embalada individualmente em caixas de papelão reciclável; Feita com o aço GGD/S1 – Que tem como composição: Carbono / Manganês / Cromo / Tungstênio / Vanádio. Essa matéria-prima, tem como principais características a elevada resistência ao choque, ampla faixa de dureza e durabilidade.	461100	Unidade	1	10	10	394,00	3.940,00
65	Bandagem Tipo: Elástica , Modelo: Autoaderente , Material: Malha De Tecido Sintético , Dimensão: Cerca De	478129	Unidade	10	20	100	15,50	1.550,00

	10 Cm X 5 M , Cor: C/ Cor , Embalagem: Embalagem Individual Em Rolo , Tipo Uso: Uso Único							
66	Equipo De Infusão Venosa Gravitacional Material: Pvc Transparente, Sem Dehp , Câmara Gotejamento: Macrogotas, Flexível, C/ Respiro E Filtro , Regulador De Fluxo Manual: Rolete Graduado Em MI/H , Comprimento Tubo: Até 180 Cm , Tipo Injetor Lateral: C/ 1 Injetor, Uso S/ Agulha , Conector Paciente: Luer , Adicional: C/ Clamp , Esterilidade: Estéril, Uso Único , Tipo Embalagem: Individual	616945	Unidade	25	50	200	2,94	588,00
67	Material Veterinário Tipo: Sonda - Trato Digestivo , Características Adicionais: Oro Ou Nasogástrica , Material: Pvc , Dimensão: Cerca De 11 Mm X 2,8 M, Componente 1: C/ Conector Padrão, Orifício Lateral , Componente 2: Ponta Distal Aberta, Atraumática , Tipo Uso: Uso Único, Embalagem Individual	444477	Unidade	3	15	50	165,00	8.250,00
68	Material Veterinário Tipo: Sonda - Trato Digestivo , Características Adicionais: Oro Ou Nasogástrica , Material: Pvc , Dimensão: Cerca De 17 Mm X 3,0 M, Componente 1: C/ Conector Padrão, Orifício Lateral , Componente 2: Ponta Distal Aberta, Atraumática , Tipo Uso: Uso Único, Embalagem Individual	444478	Unidade	3	15	10	148,50	1.485,00
69	Complexo vitamínico injetável composto por vit B1 1000mg, vit B6 500 mg, nicotinamida 2000mg, vit B5 400 mg, frutose 20g, L arginina 2g, metionina 2g. Referência: BIONEW frasco 100ml.	439474	Unidade	3	5	20	21,50	430,00
70	Coletor de lixo hospitalar, Capacidade: 200 L C/ rodas.	615059	Unidade	1	2	2	663,00	1.326,00
71	Conjunto De Lixeira Seletiva, 4 Un, Cor: Azul, Vermelho, Verde, Amarelo em aço	343867	Unidade	1	2	2	1.475,00	2.950,00
72	Container de lixo aço C/ rodas.	282108	Unidade	1	3	5	4.199,00	20.995,00
73	Pinça de Casco - MédiaDimensões aproximadas do produto: 13" - 34 x 10 (CxL). Peso Aproximado: 650 gramas	483535	Unidade	1	4	4	520,00	2.080,00
74	Caixa cirurgica com conjunto procedimento médico.	463350	Unidade	1	2	2	312,09	624,18
75	Paraflanco (apoio para obstaculo hipismo)	618704	par	5	20	25	1.215,00	30.375,00

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme itens constante do Estudo Técnico Preliminar

1.4. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.5. DEFINIÇÕES ESPECÍFICAS DO OBJETO A SEREM CONSIDERADAS

1.5.1 Para atender a demanda do Centro Hípico do Regimento, os itens ofertados deverão possuir os seguintes requisitos:

- No caso de exercício de atividade de comércio de produtos de uso veterinário, deverá apresentar:

a) Para os itens: a licitante deverá apresentar comprovante de cadastro do estabelecimento **1, 2, 6, 7, 8, 15, 22, 23, 27, 28, 41, 42, 43, 44, 46, 48, 49, e 58** no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento do , conforme § 3º, artigo 4º do Decreto nº 5.053 de 22 de abril de 2004, por se tratar de comércio de produtos de uso veterinário que necessitam de cuidados especiais.

b) Para os itens: **1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 57, 58, 65, 68 e 69** a licitante deverá entregar esses respectivos materiais com vigência de validade prolongada e similar as marcas e laboratórios mencionados na tabela acima.

- Referente aos itens: **42, 43 e 58** citados acima, o licitante deverá entregar esses respectivos materiais acondicionados em embalagem específica para transporte de vacinas com longa duração.

- Referente aos itens: **1, 28, 48 e 49** citados acima por se tratarem de itens enquadrados como agrotóxicos, o fornecedor deve apresentar ato de registro ou autorização para funcionamento como produtor, ou importador e do estabelecimento, expedido pelo órgão competente do Estado, do Distrito Federal ou do Município, nos termos do artigo 4º da Lei nº 7.802, de 1989 e art. 37º do Decreto 4.074 de 4 de janeiro de 2002.

c) Para os itens **33 55 e 56**, a licitante deverá apresentar Registro MAPA do fabricante do produto no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), nos termos do art. 6º do Decreto no 6.296, de 11 de dezembro de 2007.

- Referente aos itens: **55 e 56** citados acima o licitante deverá entregar esses respectivos materiais condicionado em embalagem específica para esse tipo de alimento, em sacos de 30kg ou 40kg, sendo essa entrega fracionada conforme a necessidade desse estabelecimento. A licitante deverá entregar esses respectivos materiais com vigência de validade prolongada, com a descrição mencionados na tabela acima, ficando o licitante **RESPONSÁVEL PELA DESCARGA DO MATERIAL NO LOCAL DE FÁCIL ACESSO INDICADO NO ATO DO RECEBIMENTO, além disso o produto deverá ser de fácil obtenção no comércio local, dentro de um raio máximo de 60 km do local de entrega, sendo obrigatória a indicação, pela licitante, do estabelecimento fornecedor com endereço completo. Tal exigência se justifica para garantir a continuidade do fornecimento, de modo que, em caso de atraso na entrega ou eventual falha logística, não ocorra desabastecimento nem substituição do produto originalmente ofertado aos animais.**

- Referente ao item: **33** citado acima a licitante deverá entregar esses respectivos materiais condicionado em embalagem específica para esse tipo de suplemento para a espécie equina. A entrega deverá ser fracionada conforme a necessidade desse estabelecimento, ficando a licitante **RESPONSÁVEL PELA DESCARGA DO MATERIAL NO LOCAL DE FÁCIL ACESSO INDICADO NO ATO DO RECEBIMENTO**. O produto deverá ter o prazo de validade longo, com a descrição mencionados na tabela acima.

d) Para o item: **17** a licitante deverá fornecer a forragem feno, exclusivamente do tipo tifton ou coast cross, conforme a descrição mencionados na tabela acima, em fardos de até 20 Kg, com corte e enfardamento recente. A entrega deverá ser fracionada conforme a necessidade desse estabelecimento, ficando a licitante responsável pela descarga do material.

e) Para os itens: **51, 52, 53 e 54** a licitante deverá entregar esses respectivos materiais de acordo com a descrição da tabela acima e o frete por sua responsabilidade.

1.6. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.7. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses, contados a partir da assinatura da Ata de Registro de Preço, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.8. Podem existir divergências entre as descrições dos itens divulgados no site www.gov.br/compras, que constarão nas Notas de Empenho a serem emitidas após a homologação da Licitação, e as que constam neste Anexo. A razão disso são as mudanças feitas nos códigos para lançamento no sistema SIASG, bem como a ausência de especificações que atendam integralmente as descrições apresentadas pelos requisitantes do objeto. Por esse motivo, ressaltamos que, em caso de dúvida no momento de lançamento das propostas no Comprasnet ou, ainda, quando da entrega dos materiais nas instituições, o licitante **deverá sempre considerar a descrição presente neste Termo de Referência e/ou contatar o Pregoeiro.**

1.9. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1 A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme consta das informações básicas desse termo de referência.

2.3. A presente Ata de Registro de Preço, tem por finalidade adquirir material para manutenção do Centro Hípico Forte Anhanguera, para viabilizar e garantir as necessidades dos equinos alojados no 13º Regimento de Cavalaria Mecanizado.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. Verifica-se que há a necessidade de aquisição dos referidos materiais para viabilizar e garantir as necessidades dos equinos alojados no Centro Hípico do 13º Regimento de Cavalaria Mecanizado.

3.2. Para atender a demanda, foi feito levantamento orçamentário, para verificar o custo, existência e disponibilidade de materiais dessa natureza.

3.3 Para atendimento às necessidades, o 13º RC Mec necessita promover uma licitação para adquirir os itens constantes do documento de formalização da demanda, que serão adquiridos no decorrer dos anos de 2026/2027, conforme disponibilidade orçamentária e conforme necessidade da Seção de Veterinária do Centro Hípico.

3.4 Necessidade do feno para Equinos: O Centro Hípico é responsável por manter seis equinos adultos, para atividades do Regimento 13º RC MEC. Os animais presente no setor participam de atividades esportivas militares, formaturas, instruções e ainda recebe visitas técnicas de escolas primárias. O feno licitado será utilizado na dieta dos animais, cuja dieta é predominantemente baseada neste alimento pelo fato dos equinos serem classificados como animais herbívoros não ruminantes. Somente com o fornecimento de feno será possível proporcionar as condições necessárias para que os animais possam ser adequadamente nutridos, permitindo a realização de suas atividades no Centro Hípico, onde é realizado pelo serviço veterinário a manutenção do peso adequado, mantendo a sanidade animal e seu bem-estar. Para estimar o quantitativo solicitado foram realizados os seguintes cálculos: nesse setor estão alojados 6 animais adultos em manutenção, com peso corporal (400 - 550kg), com peso médio de 450kg. Aplicando-se as recomendações da principal referência bibliográfica que trata da formulação de dieta para equinos (Nutrients Requirements of Horses, 2007), estima-se que estes animais irão ingerir diariamente 2,0% de seu peso em alimento, o equivalente a 9,0kg de alimento com base na matéria seca. Será adotada uma proporção entre alimento concentrado (ração) e volumoso (feno) de 30% e 70% respectivamente. Sendo assim, considerando apenas os cálculos para feno, tem-se: cada animal irá ingerir 6,3kg de feno (70% de 9,0kg) diariamente, com base na matéria seca. Este valor, quando convertido a matéria natural, resulta em 7,4kg de feno com base na matéria natural que serão consumidos diariamente por cada equino (considerou-se o valor de 85% de matéria seca). Sendo assim, por mês, os treze equinos irão consumir 1332,0 kg de feno (7,4 kg x 6 animais x 30 dias). Ao final de um ano, os animais irão consumir 15,984kg de feno (1232,00 x 12 meses). OBS: Solicitamos que a entrega do feno seja realizada em fardos de aproximadamente 15 a 20kilos cada, e as solicitações serão em quantidades fracionadas e frequências a cada 3 meses aproximadamente a partir da compra, podendo adiantar ou atrasar esse prazo de solicitação, cumprindo assim as demandas necessárias para que os animais possam ser adequadamente nutridos, permitindo seu desempenho, manutenção do peso adequado, visando a qualidade sanitária, nutricional e consequentemente, de seu bem-estar.

3.5 Necessidade da Ração para Equinos: O Centro Hípico é responsável por manter treze equinos adultos, para atividades do Regimento 13º RC MEC. Os animais presente no setor participam de atividades esportivas militares, formaturas, instruções e ainda recebe visitas técnicas de escolas primárias. O feno licitado será utilizado na dieta dos animais, cuja dieta é predominantemente baseada neste alimento pelo fato dos equinos serem classificados como animais herbívoros não ruminantes. Somente com o fornecimento de feno será possível proporcionar as condições necessárias para que os animais possam ser adequadamente nutridos, permitindo a realização de suas atividades no Centro Hípico, onde é realizado pelo serviço veterinário a manutenção do peso adequado, mantendo a sanidade animal e seu bem-estar. Para estimar o quantitativo solicitado foram realizados os seguintes cálculos: Nesse setor estão alojados 6 animais adultos em manutenção, com peso corporal (400 - 550kg), com peso médio de 450kg. Aplicando-se as recomendações das principais referências bibliográficas que tratam da formulação de dietas em equinos, como o Nutrients Requirements Council (2007), cada animal deve ingerir diariamente 1 kilo de concentrado a cada 100kg de peso vivo. Se o animal estiver em treinamento esportivo essa porção deve ser alterada em aproximadamente 1,5 kg por peso vivo. Sendo assim, cada animal deverá ingerir por ano aproximadamente 2,307kg (192,3kg x 365 dias) de ração e, no total serão 30,000 kg de ração em 365 dias. Considerando que cada saco de ração pesa 30kg, serão necessários 1000 sacos por ano. OBS: Solicitamos que a entrega do ração seja realizada em lotes de aproximadamente 2.000 kg cada, e as solicitações serão em quantidades fracionadas e frequências a cada 3 meses aproximadamente a partir da compra, podendo adiantar ou atrasar esse prazo de solicitação, cumprindo assim as demandas necessárias para que os animais possam ser

adequadamente nutridos, permitindo seu desempenho, manutenção do peso adequado, visando a qualidade sanitária, nutricional e consequentemente, de seu bem-estar.

3.6 Necessidade da Sal mineral para Equinos: O Centro Hípico é responsável por manter treze equinos adultos, para atividades do Regimento 13° RC MEC. O animais presente no setor participam de atividades esportivas militares, formaturas, instruções e ainda recebe visitas técnicas de escolas primárias. O feno lictado será utilizado na dieta dos animais, cuja dieta é predominantemente baseada neste alimento pelo fato dos equinos serem classificados como animais herbívoros não ruminantes. Somente com o fornecimento de feno será possível proporcionar as condições necessárias para que os animais possam ser adequadamente nutridos, permitindo a realização de suas atividades no Centro Hípico, onde é realizado pelo serviço veterinário a manutenção do peso adequado, mantendo a sanidade animal e seu bem-estar. Para estimar o quantitativo solicitado foram realizados os seguintes cálculos: Nesse setor estão alojados 6 animais adultos em manutenção, com peso corporal (400 - 550kg), com peso médio de 450kg. Aplicando-se as recomendações das principais referências bibliográficas que tratam da formulação de dietas em equinos, como o Nutrients Requirements Council (2007), cada animal deve ingerir diariamente aproximadamente 100 gramas de sal mineral, variando se o animal estiver em treinamento esportivo. Sendo assim, cada animal deverá ingerir por ano aproximadamente 1,923g mês, 300kg por ano. OBS: Solicitamos que a entrega do material será em quantidades fracionadas e frequências a cada 3 meses aproximadamente a partir da compra, podendo adiantar ou atrasar esse prazo de solicitação, cumprindo assim a demanda necessárias para que os animais possam ser adequadamente nutridos, permitindo seu desempenho, manutenção do peso adequado, visando a qualidade sanitária, nutricional e consequentemente, de seu bem-estar.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. SUPRESSÃO (Não incidem critérios de sustentabilidade)

Indicação de marcas ou modelos

4.2. SUPRESSÃO (Não há indicação de marcas ou modelos)

Da vedação de contratação de marca ou produto

4.3. SUPRESSÃO (Não há vedação de marcas ou modelos)

Da exigência de amostra

4.4. SUPRESSÃO (Não há indicação de marcas ou modelos)

Da exigência de carta de solidariedade

4.5. SUPRESSÃO (Não há exigência de carta solidariedade)

Subcontratação

4.6. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.7 Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, em função de não haver necessidade de formalização de termo de contrato e por se tratar de aquisição de bens para pronta entrega.

4.8. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

4.9. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.

Reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte:

4.10. SUPRESSÃO (Não há exigência de reserva de cotas)

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da respectiva nota de empenho, em remessa única, com exceção dos itens 17, 33, 55 e 56 que serão entregues em remessa fracionada conforme a necessidade dessa Seção no mesmo prazo citado acima. A licitante ficará responsável pela descarga do material.

5.2. Caso não seja possível a entrega no prazo assinalado, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 10 (dez) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 10 (dez) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.4. Os bens deverão ser entregues no almoxarifado do 13º Regimento de Cavalaria Mecanizado, no seguinte endereço: Avenida Newton Prado, 2251 -Centro, Pirassununga-SP - CEP: 13631-900. De acordo com os seguintes dias/horários - De segunda-feira a quinta-feira: das 08:00 hs às 11:00 hs e das 14:00 hs às 16:00 hs; - De sexta-feira: das 08:00 hs às 11:00 hs; - Sábado, Domingo e Feriados não há recebimento de material.

5.4.1. No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a metade do prazo total recomendado pelo fabricante.

5.5. Os materiais serão recebidos definitivamente no prazo de 5 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e funcionalidade do objeto e consequente aceitação mediante termo circunstanciado por parte desta Administração.

5.6. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

5.7. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

5.8. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante;

5.9. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes neste Termo de Referência, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes ao material e prazo de garantia ou validade;;

5.10. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei no 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto no 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.8. O fiscal técnico do contrato anotarà no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei no 14.133, de 2021, art. 117, §10, e Decreto no 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.9. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto no 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto no 11.246, de 2022, art. 22, IV).

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto no 11.246, de 2022, art. 22, V).

6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto no 11.246, de 2022, art. 22, VII).

Fiscalização Administrativa

6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto no 11.246, de 2022).

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência (Decreto no 11.246, de 2022, art. 23, IV).

6.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

6.16. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto no 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.17. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto no 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.18. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotarà os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto no 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.19. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto no 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.20. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei no 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto no 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.21. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto no 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.22. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa:

7.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de **2% (dois por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **25** (vinte e cinco) dias

7.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

7.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de **30 (trinta)** dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de **8 (oito)** dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **15 (quinze)** dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.5. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até **10 (dez)** dias úteis.

8.6. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.7. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.8. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.9. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.10. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

8.11. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.12. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.13. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.13.1. o prazo de validade;

8.13.2. a data da emissão;

8.13.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

8.13.4. o período respectivo de execução do contrato;

8.13.5. o valor a pagar; e

8.13.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.14. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.15. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.16. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.16.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.16.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.17. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.18. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.19. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.20. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.21. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.22. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

8.23. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.24. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.25. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.26. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.27. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de Crédito

8.28. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.28.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.28.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.28.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.28.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.29. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

Reajuste

8.30. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 11/04/2026.

- 8.31. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 8.32. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 8.33. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 8.34. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 8.35. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 8.36. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 8.37. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Forma de fornecimento

9.2. O fornecimento do objeto será parcelado e de acordo com a disponibilidade de recursos orçamentários.

Crítérios de aceitabilidade de preços

9.3. Em se tratando de contratação para registro de preços, caso adotado o critério de julgamento de menor preço ou de maior desconto por grupo de itens, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será:

9.3.1. Valores unitários: conforme tabela constante no item 1.1 deste Termo de Referência.

Exigências de habilitação

9.4. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

- 9.5. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- 9.6. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 9.7. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 9.8. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.9. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;
- 9.10. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.11. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.12. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.13. SUPRESSÃO (Não é o caso da presente contratação)

9.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.20. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.23. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.24. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.25. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis *do último exercício social*, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas abaixo:

LG =	Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =	Ativo Total

	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =

Ativo Circulante

Passivo Circulante

9.26. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação *patrimônio líquido mínimo* de 01% até 10% do valor total estimado da contratação

9.27. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;

9.28. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.29. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.30. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.31. *O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.*

Qualificação Técnica

9.32. No que se refere a critérios de qualificação técnica dos fornecedores, a Administração não formulou exigências de qualificação técnica dos fornecedores no caso de compras de bens, atentando-se que o art. 67, de Lei nº 14.133, de 2021, não estabelece exigências de qualificação técnico-operacional ou técnico-profissional para o caso de contratações cujo objeto seja a aquisição de bens, tratando o dispositivo legal apenas das exigências pertinentes às obras e serviços e, buscando evitar especificações que não permitam à licitação alcançar os seus objetivos.

Disposições gerais sobre habilitação

9.33. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.34. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.35. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.36. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.37. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de R\$ R\$ 542.340,88 (quinhentos e quarenta e dois mil, trezentos e quarenta reais e oitenta e oito centavos), conforme custos unitários apostos na tabela contida no item 1.1.

10.2. Supressão.

10.3. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

10.3.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei no 14.133, de 2021;

10.3.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.3.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

10.4.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação orçamentária da contratação, que será indicada no corpo da Nota de Empenho emitida, de acordo com a demanda do órgão, durante o período da vigência da Ata de Registro de Preços e/ou Contrato.

11.3. A contratação será atendida pelas dotações orçamentárias dos Órgãos abaixo:

- I) Gestão/Unidade: 160478;
- II) Fonte de Recursos: 1000000000;
- III) Programa de Trabalho: 232046;
- IV) Elemento de Despesa: 339030;
- V) Plano Interno: E6RVPLJFER3; E6RVPLMTOE, E6RVPLJALIE;

11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Pirassununga-SP, 11 de abril de 2026.

BIANCA APARECIDA SCHIMIDT - Asp.

Área Técnica Requisitante

13. ANEXO I Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

(Compra com entrega imediata e integral de bens adquiridos, sem previsão de obrigações futuras, inclusive quanto à assistência técnica, independentemente do valor - art. 95, inciso II, da Lei n. 14.133/2021)

1. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

1.1. O adjudicatário terá o *prazo de 30 (trinta) dias*, contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento *Nota de Empenho*, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.

1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:

(Compra com entrega imediata e integral de bens adquiridos, sem previsão de obrigações futuras, inclusive quanto à assistência técnica, independentemente do valor - art. 95, inciso II, da Lei n. 14.133/2021) 1.3.1. referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133/2021;

1.3.2. o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no *Aviso de Dispensa Eletrônica*, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento.

3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

3.1. São obrigações do Contratante:

3.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

3.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

3.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

3.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

3.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e neste Anexo;

3.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;

3.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

3.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

3.1.8.1 A Administração terá o prazo de *05 (cinco) dias*, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

3.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 15 (quinze) dias.

3.1.10. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

4.1.1. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

4.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

4.1.3. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

4.1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

4.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal contratual, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

4.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

4.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

4.1.7.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

4.1.7.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

4.1.7.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;

4.1.7.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

4.1.7.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

4.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto da contratação;

4.1.9. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

4.1.10. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

4.1.11. Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

4.1.12. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

4.1.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

4.1.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;

4.1.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em

sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

5.1. A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

5.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.

5.3. Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:

5.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

5.3.2. poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

5.9. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

5.9.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

5.9.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.

5.9.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

5.10. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

5.10.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

5.10.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

5.10.3. Indenizações e multas.

5.11. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

5.12. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

6. DOS CASOS OMISSOS

6.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

7. ALTERAÇÕES

7.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.

7.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

7.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

7.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. FORO

8.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal em São Carlos-SP, Seção Judiciária de Pirassununga-SP para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14. ANEXO II TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, (*identificar o Contratado*) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no *Aviso de Contratação Direta*, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o *Dispensa Eletrônica* nº..... /20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, de de 20.... .

(Nome *e Cargo do Representante Legal*)

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

BIANCA APARECIDA SCHIMIDT

Área Técnica Requisitante



Assinou eletronicamente em 04/05/2026 às 11:22:07.